

**Leia estas instruções:**

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado para isso.
- 2 Este Caderno contém cinquenta questões de múltipla escolha, assim distribuídas: Língua Portuguesa → 01 a 10; Legislação → 11 a 20; Conhecimentos Específicos → 21 a 50.
- 3 Se o Caderno estiver incompleto ou contiver imperfeição gráfica que impeça a leitura, solicite imediatamente ao Fiscal que o substitua.
- 4 Cada questão apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 5 Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não adianta pedir esclarecimentos aos Fiscais.
- 6 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 7 Os rascunhos e as marcações feitas neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 8 Use exclusivamente caneta esferográfica, confeccionada em material transparente, de tinta preta ou azul.
- 9 Você dispõe de, no máximo, quatro horas para responder às questões de múltipla escolha e preencher a Folha de Respostas.
- 10 O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
- 11 Antes de retirar-se definitivamente da sala, devolva ao Fiscal a Folha de Respostas e este Caderno.

**Assinatura do Candidato:** \_\_\_\_\_



As questões 01 a 10 desta prova baseiam-se no texto abaixo.

### Ética e moralidade no Serviço Público

Costuma-se dizer que a *corrupção material* é o recebimento de qualquer vantagem por prática ou omissão de ato de ofício, e *corrupção moral*, a que precede a material, porque é óbvio que, ao receber a vantagem, já ocorreu no corrompido a deterioração de qualquer princípio de moralidade pessoal ou funcional. Tanto uma como outra podem assumir forma ativa e passiva, porque também quem oferece a vantagem indevida já não apresenta princípio moral.

A corrupção moral abrange também a corrupção de costumes, a falta de caráter particular ou nacional, o desleixo administrativo ou governamental, a falta de solidariedade num grupo humano, a indiferença pela sorte alheia ou pelo interesse público, a tolerância condescendente de superiores às falhas dos subalternos, filhos e tutelados.

Corrupção não é apenas a infração ao dever funcional praticada pelo agente público (político ou administrativo). Não é só o suborno, a taxa de urgência, o chocolate ou a falsa simpatia nos balcões para obter pronto atendimento. A corrupção exteriorizada em ato costuma proceder da corrupção bem mais ampla e, no mais das vezes, interna. Antes de ferir o patrimônio público ou particular, a corrupção degrada os valores íntimos de cada um, relativiza o costume e a cultura da virtude, anulando, pois, os princípios que mantêm a sociedade elevada e digna de seu próprio orgulho.

A degradação moral começa por pequenas concessões, pequenas inversões axiológicas em nosso dia a dia e prossegue corroendo o homem e a sociedade. É, precisamente, a tolerância de pequenos vícios, já na vida privada, que prepara a aceitação das grandes corrupções na vida pública.

Se, na convivência informal, todos já precisamos de tratos éticos, mais ainda na convivência profissional-funcional. Assim, por força da própria Constituição Federal, a ética passou a integrar o próprio cerne de qualquer ato estatal como elemento indispensável à sua validade e eficácia.

Como reforço dessa preocupação ética, a atual Constituição de 1988 também inovou no artigo 5º, inciso LXXIII, ao incluir a moralidade administrativa entre os valores básicos da República a serem protegidos por meio de ação popular. Segundo essa norma constitucional, mesmo que não haja efetivo prejuízo de ordem material ao patrimônio público, se o ato da Administração for lesivo à moralidade administrativa, deverá ser invalidado judicialmente, via ação popular, ou mesmo, antes, revisto administrativamente.

Cumprindo a norma inscrita nesse dispositivo constitucional, o legislador ordinário, através da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, cuidou de regulamentar minuciosamente as hipóteses de suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário em decorrência da prática de atos de improbidade administrativa, a qual abrange todos os atos imorais, ímprobos ou antiéticos.

A propósito, deve ainda ser lembrado que o legislador ordinário, normatizando sobre o assunto, através da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos, no artigo 116, inciso IX, também determina a obediência obrigatória ao princípio da moralidade administrativa ao incluí-lo entre os deveres funcionais dos servidores públicos.

Assim, o servidor público há de ser um ético de plantão vinte quatro horas por dia, já por convicção (o homem é o retrato de suas convicções), já por coerção jurídica. Até porque a consciência ética do servidor público, nesse particular, além de restaurar a

cidadania, corrige a disfunção pública no Brasil, que decorre não só da falta de recursos materiais, mas, principalmente, da conduta muitas vezes perversa no atendimento aos usuários dos serviços públicos, atentatória aos direitos humanos universalmente declarados.

Nós, sociedade civil, e o Estado, há décadas, temos falhado no processo de indução ética, pois apenas isso explica o envolvimento de tantas pessoas em tantos atos hediondos em busca, por exemplo, de mera complementação salarial. De diárias artificialmente pagas a obras e compras públicas no interesse de muitos, menos no do Estado, eis o leque da corrupção que vemos no noticiário todos os dias. O empresário corrompe o governo, e o governo corrompe o empresário. Todos querendo ou esperando tirar alguma vantagem desse quadro sombrio.

É claro que há muitas exceções. Há empresários, homens públicos e servidores estatais honestos por princípio. Mas o organismo contaminado anula boas células.

Portanto, não sejamos fracos no bem a ponto de permitirmos tantos fortes no mal. O Brasil precisa da contribuição de cada um de nós e espera que ela seja decisiva, concreta e diária, a fim de resgatarmos a virtude na vida brasileira.

Disponível em: <<http://www.ensinandodireitoluizamara.com>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

**01.** Do texto, depreende-se que:

- A)** a corrupção material é diferente da moral, pois somente a primeira degrada valores, relativiza costumes e anula princípios.
- B)** a corrupção material e a corrupção moral representam atitudes ilícitas, as quais, em princípio, ocorrem de forma concomitante.
- C)** a corrupção material é anterior à corrupção moral. Esta representa a deterioração de qualquer princípio de moralidade pessoal ou funcional; aquela pressupõe pagamento de vantagem para prática ou omissão de ato de ofício.
- D)** a corrupção material e a corrupção moral podem ser caracterizadas como ativa e passiva. Em ambos os casos, esses atos ilícitos pressupõem como criminosos tanto aquele que oferece vantagem indevida quanto o que a recebe.

**02.** Em relação à sua conduta, o funcionário público

- A)** tem de apresentar conduta ética, balizada por princípios pessoais ou por obediência obrigatória às leis em vigor.
- B)** deve agir, no exercício profissional diário, de modo a preservar a consciência ética dos usuários dos serviços públicos.
- C)** impede a ocorrência de atos de corrupção praticados por agentes públicos (políticos ou administrativos) quando age em obediência às leis.
- D)** garante o cumprimento dos direitos humanos universalmente declarados quando realiza atendimento adequado aos usuários.

**03.** De acordo com o texto, é correto afirmar:

- A)** A expressão “filhos e tutelados”, no 2º parágrafo, refere-se a parentes de pessoas na administração pública que são favorecidos com alguma função em órgãos estatais.
- B)** No 5º parágrafo, afirma-se que a ética passou a integrar a Constituição Federal, como forma de normatizar a convivência informal e a convivência profissional-funcional.
- C)** A Constituição de 1988 prevê que todo ato da Administração lesivo aos bens públicos ou à moralidade será revisto administrativamente ou invalidado judicialmente.
- D)** A corrupção material e a corrupção moral têm a mesma procedência: a falta de princípios éticos e a de controle mais rígido por parte da sociedade civil e do poder público.

04. De acordo com o texto,
- A) os empresários, principais representantes da sociedade civil, envolvem-se em atos hediondos em busca de complementação salarial.
  - B) a aceitação das grandes corrupções na vida pública precede a tolerância de pequenos vícios na vida privada.
  - C) a corrupção degrada valores íntimos do cidadão sem, no entanto, anular os princípios mantenedores da dignidade da sociedade.
  - D) é indispensável que a ética integre a essência de qualquer ato estatal para que este seja válido e eficaz.
05. Na expressão “pequenas inversões **axiológicas**”, o termo em destaque
- A) é relativo aos valores éticos.
  - B) refere-se aos axiomas sociais.
  - C) relaciona-se aos direitos civis.
  - D) significa degradação moral.
06. Os termos em destaque no período “[...] **já** por convicção (o homem é o retrato de suas convicções), **já** por coerção jurídica.” estabelecem uma relação semântica de
- A) tempo.
  - B) alternância.
  - C) causalidade.
  - D) conformidade.
07. Observe o período a seguir.

“O Brasil precisa da contribuição de cada um de nós e espera que ela seja decisiva, concreta e diária, a fim de resgatarmos a virtude na vida brasileira.”  
(último parágrafo do texto).

Mantendo-se o sentido desse período, outra proposta de reescrita em conformidade com a norma padrão é:

- A) O Brasil precisa que cada um de nós contribua para o resgate da virtude na vida brasileira e espera que essa contribuição seja decisiva, concreta e diária.
- B) O Brasil precisa e espera que cada um de nós contribua para resgatarmos decisiva, concreta e diariamente a virtude na vida brasileira.
- C) O Brasil espera que cada um de nós contribuamos decisivamente, concretamente e diariamente, e precisa que resgatemos a virtude na vida brasileira.
- D) O Brasil espera que cada um de nós contribua e precisa que decisiva, concreta e diariamente resgatemos a virtude na vida brasileira.

08. A seguir, encontram-se fragmentos do texto com uma explicação para o uso da vírgula.

I	“A corrupção exteriorizada em ato costuma proceder da corrupção bem mais ampla e, no mais das vezes, interna.” – vírgulas utilizadas para demarcar um adjunto adverbial deslocado.
II	“[...] temos falhado no processo de indução ética, pois apenas isso explica o envolvimento de tantas pessoas em tantos atos hediondos [...]” – vírgula utilizada para separar a oração coordenada sindética explicativa da coordenada assindética.
III	“Não é só o suborno, a taxa de urgência, o chocolate ou a falsa simpatia nos balcões para obter pronto atendimento.” – vírgulas utilizadas para separar o aposto.
IV	“Há empresários, homens públicos e servidores estatais honestos por princípio.” – vírgula utilizada para marcar a supressão do verbo.

A explicação para o uso da vírgula está correta em

- A) III e IV.
- B) II e IV.
- C) I e III.
- D) I e II.

09. Outra possibilidade de concordância verbal igualmente aceitável, de acordo com a norma culta, está na opção:

- A) “Nós, sociedade civil, e o Estado, há décadas, temos falhado no processo de indução ética [...]”.  
Nós, sociedade civil, e o Estado, há décadas, têm falhado no processo de indução ética [...].
- B) “[...] os princípios que mantêm a sociedade elevada e digna [...]”.  
[...] os princípios que mantêm a sociedade elevada e digna [...].
- C) “Se, na convivência informal, todos já precisamos de tratos éticos [...]”.  
Se, na convivência informal, todos já precisam de tratos éticos [...].
- D) “Tanto uma como outra podem assumir forma ativa e passiva [...]”.  
Tanto uma como outra pode assumir forma ativa e passiva [...].

10. A opção que apresenta o uso correto do acento grave de acordo com a norma culta é:

- A) A tolerância de superiores à falhas de subalternos não é condizente com a ética e a moralidade esperadas no serviço público.
- B) Das diárias às obras públicas, todos os pagamentos feitos com recursos governamentais devem obedecer aos rigores da legislação em vigor.
- C) Os atos de convivência profissional do funcionalismo devem ser éticos e condizentes com a moralidade à bem do serviço público.
- D) Atos estatais contaminados por corrupção são tão ofensivos que acabam por atenuar à ação de funcionários que não se envolvem em falcatuas.

11. Enfermeira lotada em local insalubre recebe a notícia de que está gestante. O fato é comunicado à Chefia. Nos termos da Lei nº 8.112/90, a servidora
- A) fará opção por permanecer ou ficar afastada do local insalubre.
  - B) deverá permanecer no local de trabalho.
  - C) será afastada do local insalubre enquanto aguarda a licença gestante.
  - D) será afastada do local insalubre enquanto durar a gestação e lactação.
12. De acordo com a Lei nº 8.112/90, considera-se remuneração
- A) retribuição pelo exercício da função de direção, chefia e assessoramento estabelecido em lei.
  - B) vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
  - C) adicionais e gratificações.
  - D) retribuição pecuniária pelo exercício do cargo com valor fixado em lei.
13. Servidor estatutário regido pela Lei nº 8.112/90, em estágio probatório, foi convocado para participar de curso de formação. O estágio probatório será
- A) interrompido, sendo o servidor exonerado.
  - B) interrompido e retomado a partir do término do impedimento.
  - C) suspenso e retomado a partir do término do impedimento.
  - D) suspenso, sendo o servidor demitido a partir do término do impedimento.
14. Servidor estatutário, não ocupante de cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização, candidatou-se ao cargo eletivo de vereador. Durante o período que mediou entre a sua escolha em convenção partidária e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, foi concedida a licença para atividade política. De acordo com a Lei nº 8.112/90, durante esse período o servidor
- A) fará jus à remuneração pelo período de três meses.
  - B) terá direito à remuneração.
  - C) ficará sem remuneração.
  - D) será afastado, sem remuneração, até o décimo dia seguinte ao do pleito.
15. Servidora pública federal faltou ao trabalho sem justificativa, de modo intencional, durante quarenta e cinco dias consecutivos. De acordo com a Lei nº 8.112/90, caso a hipótese de abandono seja comprovada em processo administrativo disciplinar, a penalidade a que está sujeita essa servidora é
- A) suspensão de trinta dias.
  - B) demissão.
  - C) advertência.
  - D) suspensão de cinco dias convertida em multa.
16. À luz do Regime Jurídico Único dos Servidores Federais, a sindicância envolvendo um servidor, com 35 anos de serviço, **NÃO** poderá resultar em
- A) instauração de Processo disciplinar.
  - B) arquivamento do processo.
  - C) aplicação de penalidade de advertência ou suspensão até trinta dias.
  - D) afastamento preventivo do exercício do cargo com suspensão de pagamento.

17. Servidora efetiva de uma instituição federal de ensino requereu a aposentadoria compulsória. Segundo determina a Lei nº 8.112/90, a vigência da aposentadoria será
- A) a partir do dia imediato àquele em que a servidora atingiu a idade de setenta anos.
  - B) a partir da data da publicação do respectivo ato.
  - C) será facultado à servidora a data da publicação.
  - D) será de acordo com a conveniência e oportunidade da administração.
18. Para efeito de aposentadoria e disponibilidade, **NÃO** se considera
- A) licença para tratamento de saúde de pessoa na família do servidor, sem remuneração.
  - B) tempo de serviço em atividade privada.
  - C) tempo de serviço público prestado aos Estados, Municípios e Distrito Federal.
  - D) licença para atividade política a partir da candidatura até o décimo dia seguinte ao da eleição.
19. Servidora estudante solicitou horário especial comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição. De acordo com a Lei nº 8.112/90,
- A) poderá ser concedido o horário especial, sem a exigência da compensação de horário e sem a redução de remuneração.
  - B) poderá ser concedido o horário especial, com exigência da compensação de horário sem a redução de remuneração.
  - C) será concedido o horário especial, com a exigência da compensação de horário e sem a redução de remuneração.
  - D) será concedido o horário especial, com a exigência da compensação de horário e a redução de remuneração.
20. Para os efeitos da Lei nº 8112/90, **NÃO** se constitui forma de provimento nem de vacância de cargo público
- A) promoção.
  - B) readaptação.
  - C) redistribuição.
  - D) aproveitamento.



21. Em uma perspectiva crítica, sobre o significado das Políticas Sociais na sociedade capitalista, é correto afirmar:
- A) Elas são conquistas da classe trabalhadora em face da desorganização do capitalismo contemporâneo, a qual se explica pelo conceito de anomia, e são importantes na defesa de condições dignas de existência.
  - B) Elas são importantes no enfrentamento da questão social, com novos formatos e coberturas, visto que as transformações contemporâneas geram desagregação e desequilíbrio social.
  - C) Elas são determinadas pela economia e dependem de decisões próprias da esfera da política, ao mesmo tempo em que são concessões dependentes da correlação de forças na sociedade de classe.
  - D) Elas não se fundamentam na redistribuição de renda e de riqueza, são concessões/conquistas que dependem da correlação de forças e da luta política e são importantes na defesa de condições dignas de existência.
22. São tendências da política social brasileira na contemporaneidade:
- A) garantia de Direitos Sociais conquistados na Constituição de 1988 ao lado da responsabilização da sociedade e da família pela ação assistencial; serviços públicos de baixa qualidade, emergencial, focalizadas para segmentos mais pauperizados.
  - B) desresponsabilização do Estado e do setor público com políticas de redução da pobreza, articuladas a outras políticas sociais; responsabilização da sociedade e da família pela ação assistencial; serviços públicos de baixa qualidade, emergencial, focalizados para segmentos mais pauperizados.
  - C) desresponsabilização do Estado e do setor público com políticas de redução da pobreza articulada a outras políticas sociais; consolidação de políticas sociais universais como a saúde; crescimento do investimento público em assistência social.
  - D) garantia de um sistema público de melhor qualidade para os segmentos populacionais que têm alguma renda; privatização e mercantilização de serviços; consolidação de políticas sociais universais como a saúde; crescimento do investimento público em assistência social.
23. Nos últimos 17 anos, as análises desenvolvidas por Ana Elizabete Mota sobre a seguridade social brasileira têm apontado para o que ela denomina de assistencialização/privatização da seguridade social. As bases desse fenômeno estão descritas em:
- A) Ampliação das mudanças no mundo do trabalho, aliada à expansão gradual do assistencialismo, do voluntariado, da solidariedade da sociedade e do crescimento econômico.
  - B) Ampliação dos programas de transferência de renda, inclusão das pessoas no ciclo produtivo e acesso aos serviços públicos como água, luz saneamento, educação através do mercado.
  - C) Um setor informal como meio de luta contra a pobreza, expansão de programas assistencialistas e paternalistas, aliada à concessão da prestação de serviços rentáveis ao capital.
  - D) Um setor informal como meio de luta contra a pobreza, expansão gradual de políticas assistenciais, aliada à concessão da prestação de serviços rentáveis ao capital.
24. Em termos de financiamento das políticas sociais no Brasil, um mecanismo atualmente em vigor, criado em 1993, durante a implantação do Plano Real, transfere 20% das receitas da Seguridade Social para o Orçamento Fiscal. Esse mecanismo é a
- A) desvinculação de Receitas do Fundo de Estabilização Fiscal.
  - B) transferência para Fundos de Políticas Setoriais.
  - C) transferência para o Fundo Social de Emergência.
  - D) desvinculação de Receitas da União.

25. A seguridade social brasileira pós-constituição de 1988 é estruturada no tripé saúde, assistência e previdência social. Os regimes que constituem essa previdência são:
- A) Regime Geral de Previdência Social e Regime Especial das Forças Armadas.
  - B) Regime Geral, Regimes Próprios dos Servidores Públicos e Militares e Regime de Previdência Complementar.
  - C) Regime Geral e Regimes Próprios dos Servidores Públicos e Militares.
  - D) O Regime Geral, Regime de Previdência Complementar e Associativa e Regime de Previdência Privada.
26. A reformas da previdência ocorridas nos últimos 14 anos promoveram mudanças nas regras de benefícios dos servidores públicos. Os requisitos e benefícios em vigor atualmente para aposentadoria desses trabalhadores são, **respectivamente**,
- A) idade mínima, tempo de serviço público; tempo de contribuição e aposentadoria voluntária com proventos integrais.
  - B) idade mínima, tempo de serviço público; paridade e integralidade com condicionalidades, tempo de contribuição e abono permanência.
  - C) sem exigência de idade mínima; proventos proporcionais ao tempo de serviço, paridade e integralidade com condicionalidades e abono permanência.
  - D) sem exigência de idade mínima; paridade e integralidade independentes do tempo de serviço e da idade, abono permanência, aposentadoria compulsória e por invalidez.
27. No âmbito da política de saúde, um princípio presente nas diretrizes que orientam as ações e serviços de saúde - artigo 198 da Constituição Federal de 1988 e legislação complementar - compreende distintas práticas profissionais que se articulam no campo da promoção da saúde, por meio de diferentes serviços e instituições. Esse princípio possibilita uma inserção diferenciada do assistente social na área da saúde e rompe com práticas que consideram o assistente social como um profissional paramédico. É o princípio da
- A) integralidade, tendo como pilares a interdisciplinaridade e a intersetorialidade.
  - B) descentralização, com direção única em cada esfera de governo.
  - C) participação da comunidade e da interdisciplinaridade.
  - D) regionalização, fundamentado no atendimento integral e na intersetorialidade.
28. A literatura do Serviço Social tem apontado que o trabalho profissional na área da educação, em qualquer nível, se realiza na perspectiva da construção da cidadania dos segmentos mais pauperizados. Esse trabalho profissional deve ser norteado pela
- A) Lei de Diretrizes e Bases da Educação; pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pelo Estatuto da Igualdade racial e pelo Programa Nacional de Direitos Humanos.
  - B) legislação e demais normativas profissionais que norteiam sua identidade, especificidade e atuação profissional; pela legislação e demais instrumentos normativos da política de educação e por um conjunto de leis e diretrizes relativas aos direitos humanos e sociais.
  - C) legislação e demais normativas profissionais que norteiam sua identidade, especificidade e atuação profissional; pelo Plano de Desenvolvimento da Educação; pelo Sistema Único de Assistência Social e pelo Sistema Único de Saúde.
  - D) Lei de Diretrizes e Bases da Educação; pelo Plano de Desenvolvimento da Educação; pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil e pelo Programa Nacional de Direitos Humanos.

29. Considere as seguintes afirmativas, relacionadas à análise da problemática do acesso e da permanência no ensino superior público do Brasil.

I	Escolher um curso ou uma carreira supõe capacidade e condições para escolher. A escolha do curso superior por jovens de origem popular é determinada pela sua condição social, cultural, econômica e pelo histórico de escolarização. Poucos são os estudantes de origem popular que se submetem a vestibulares para cursos de maior concorrência. Há uma tendência de esses jovens escolherem carreiras que reduzam o risco de serem excluídos da universidade.
II	A escolha de um curso ou de uma carreira universitária supõe capacidade para escolher, sendo a condição socioeconômica elemento irrelevante nessa decisão. A existência de estudantes de origem popular aprovados em vestibulares para cursos de maior concorrência comprovam que as instituições de ensino superior oferecem oportunidades para todos. Aqueles que se dedicam e estudam conseguem entrar.
III	Para jovens de origem popular, a atividade remunerada, seja como uma modalidade de bolsa, seja como vínculo no mercado de trabalho, realizada concomitante a seus processos formativos, não tem uma função meramente de sobrevivência material. Ela possibilita também a busca de autonomia em relação à família, e a formação de um currículo que lhes permita disputar o mercado de trabalho.
IV	Evasão e retenção são problemas que atingem globalmente alunos do ensino superior independente da sua condição socioeconômica. As pesquisas sobre o perfil de estudantes do ensino superior no país indicam que variáveis, como renda familiar, escolaridade dos pais e local de moradia, não exercem influência nas taxas de evasão e retenção das Instituições Federais de Ensino Superior.

Estão baseadas numa abordagem dialética as afirmativas

- A) II e IV.
- B) I e IV.
- C) I e III.
- D) II e III.

30. São objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES):

- A) democratizar o ensino superior público, ampliando as condições de acesso dos jovens à universidade, e minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e na conclusão da educação superior.
- B) democratizar as condições de acesso dos jovens à educação superior pública federal e eliminar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e na conclusão da educação superior.
- C) democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal e minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior.
- D) democratizar as condições de acesso dos jovens à educação superior pública federal e erradicar a pobreza e as desigualdades sociais e regionais nas instituições de ensino superior do país.

31. De acordo com pesquisas realizadas pela Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e pelo Fórum Nacional dos Pró-Ritores de Assistência Comunitária e Estudantil (FONAPRACE) sobre o perfil dos estudantes das Universidades Federais brasileiras, os programas de assistência estudantil mais procurados são

- A) alimentação, bolsa permanência e transporte.
- B) apoio pedagógico, inclusão digital e alimentação.
- C) transporte, bolsa permanência e atenção à saúde.
- D) moradia estudantil, transporte e alimentação.

- 32.** No âmbito das universidades, como em qualquer outro espaço ocupacional do assistente social, as demandas chegam para o profissional na forma de situações isoladas. Assim, compete ao assistente social:
- A)** Examinar a situação social e econômica dos alunos e de suas famílias de modo a produzir conhecimento aprofundado sobre a realidade dos seus usuários, a subsidiar as decisões institucionais, a orientar professores e a produzir relatórios sobre suas atividades.
  - B)** Imprimir finalidade à sua ação de forma crítica a partir das determinações mais gerais e particulares. Para tanto, ganha relevo a construção de indicadores sociais, o conhecimento aprofundado sobre a realidade dos seus usuários e sobre os atores institucionais.
  - C)** Esclarecer e orientar a família, realizar articulações institucionais, examinar a situação social e econômica dos alunos e de suas famílias de modo a produzir conhecimento aprofundado sobre a realidade dos seus usuários.
  - D)** Imprimir finalidade à sua ação de forma crítica a partir das determinações mais gerais e particulares. Para tanto, ganha relevo acolher bem cada aluno que procura os seus serviços e produzir conhecimento sobre a realidade dos seus usuários e sobre a instituição.
- 33.** Nos últimos anos, a concepção de assistência estudantil vem sendo construída a partir de debates realizados no âmbito do FONAPRACE, das ANDIFES e das universidades brasileiras. Assim, a assistência estudantil é definida como
- A)** um direito, inserido na práxis acadêmica, que faz parte do processo educativo; articulado ao ensino, à pesquisa e à extensão; e compreendido como uma questão de investimento.
  - B)** um direito dos alunos de origem popular e que tem a função de auxiliar o processo educativo; uma questão de investimento; e um espaço de cidadania.
  - C)** um direito de todos, articulado ao ensino; e compreendido como uma questão de investimento e de garantia da dignidade humana, devendo ser desenvolvido de modo integrado ao Sistema Único de Assistência Social.
  - D)** um direito de seguridade social, integrante da assistência social e, como tal, inserido na práxis acadêmica; articulado ao ensino, à pesquisa e à extensão; e compreendido como uma questão de investimento.
- 34.** Segundo o decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) visa atender alunos
- A)** matriculados nos cursos de graduação presencial e à distância das instituições federais de ensino superior.
  - B)** matriculados nos cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.
  - C)** dos cursos de graduação e de pós-graduação presencial das instituições federais de ensino superior.
  - D)** dos cursos de graduação presencial das instituições federais e estaduais de ensino superior.
- 35.** De acordo com o Programa Nacional de Assistência Estudantil, os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados pelas ações de assistência estudantil são definidos pelas
- A)** pró-reitorias de assistência estudantil.
  - B)** instituições de ensino superior, desde que aprovadas pelo MEC.
  - C)** instituições federais, desde que aprovadas pelo MEC.
  - D)** instituições federais.

- 36.** A Lei de Regulamentação Profissional, nº 8662 de 07 de junho de 1993, entre outras normativas, define as atribuições do assistente social. É considerada uma atribuição privativa do assistente social:
- A)** dirigir serviços técnicos de serviço social em entidades públicas ou privadas.
  - B)** assessorar os movimentos sociais no exercício e na defesa dos direitos humanos.
  - C)** realizar estudos socioeconômicos para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração direta e indireta.
  - D)** orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e encaminhá-los para inserção em programas e projetos sociais.
- 37.** O Código de Ética do Assistente Social determina o que é vedado ao/à assistente social, em seu artigo 4º. Nesse artigo, está previsto:
- A)** Acatar determinação institucional que fira os princípios e diretrizes do código.
  - B)** Respeitar qualquer preceito do Código bem como da Lei de Regulamentação Profissional.
  - C)** Não assumir responsabilidade por atividades para as quais não esteja capacitado pessoal e tecnicamente.
  - D)** Empenhar-se na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade e à participação popular.
- 38.** Nas últimas décadas, ganhou força a ideia da existência de uma “Nova Questão Social”. As premissas que fundamentam tal emergência, entre outras, estão relacionadas à
- A)** perenidade da luta de classes e à atualidade do trabalho como categoria ontológica que remete às categorias de exploração e contradição como fundamentais.
  - B)** defesa de que houve o esgotamento do modelo de proteção social, cunhado pelo Estado de Providência, incapaz de minimizar o aumento do desemprego em escalas mundiais.
  - C)** crise de acumulação do capital, que levará ao processo de reestruturação produtiva e a novos padrões de organização do trabalho.
  - D)** mundialização do capital com o aprofundamento de sua financeirização que produzirá, como uma de suas estratégias de reordenamento, o ataque ao Estado de Bem-Estar Social.
- 39.** Em relação à supervisão de estágio em Serviço Social, é correto afirmar que
- A)** o estágio curricular não obrigatório faculta acompanhamento de campo e acadêmico na área do Serviço Social, posto que não compõe a carga horária obrigatória na formação.
  - B)** as supervisões acadêmica e de campo são importantes ainda que não necessariamente articuladas em razão das naturezas diferenciadas de cada uma delas.
  - C)** as supervisões acadêmica e de campo pressupõem uma ação conjunta, integrando planejamento, acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem.
  - D)** o estágio curricular não obrigatório dispensa apenas a supervisão acadêmica, devendo ter acompanhamento de assistente social registrado no respectivo Conselho Regional de Serviço Social.



43. Na sociedade capitalista e, em particular no Brasil, o acúmulo do pensamento crítico no Serviço Social sobre o significado das lutas por direitos é resultado do processo de ruptura com o conservadorismo e da resistência aos pressupostos pós-modernos que o renovam. Nessa direção, a visão crítica sobre as conquistas e retrocessos de direitos sociais indica que
- A) os direitos sociais conquistados no Brasil, especialmente a partir da Constituição de 1988, inscrevem-se na perspectiva da ruptura com as desigualdades sociais.
  - B) a luta por direitos, especialmente num contexto de extrema desigualdade social, é central para a garantia à democracia política e econômica.
  - C) a luta por direitos é fundamental se apreendida no processo de luta de classes e ocupa dimensão política estratégica na perspectiva da emancipação humana.
  - D) a garantia dos direitos sociais está vinculada à defesa do funcionamento do ordenamento jurídico-institucional que possibilitará a efetivação da Constituição de 1988.
44. A resolução nº 489 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), de 03 de junho de 2006, dispõe sobre condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social.

Leia as afirmações abaixo sobre a regulamentação da conduta do Assistente Social.

I	A resolução regulamenta o princípio do Código de Ética e estabelece norma que veda atitudes para que o profissional se abstenha de práticas e condutas que caracterizem o policiamento de comportamentos que sejam discriminatórios e preconceituosos em relação à orientação sexual, entre outras.
II	A resolução orienta que o assistente social deva, no seu espaço de trabalho, contribuir para a reflexão ética sobre o sentido da liberdade e o direito de decisão dos indivíduos quanto à sexualidade e à afetividade.
III	A resolução normatiza o dever de denunciar e combater todas as formas de discriminação e práticas discriminatórias em seus espaços de trabalho seja assistentes sociais ou não, além de ser vedada a utilização de instrumentos e técnicas que venham a reforçar tais condutas.
IV	A resolução institui que cabe aos Conselhos regionais a aplicação das penalidades previstas pelos artigos 23 e 24 do Código de Ética Profissional, ao assistente social que descumprir as normas previstas, sem direito de apelo ao contraditório.

De acordo com a resolução referida anteriormente, estão corretas as afirmativas

- A) I, II e III.
  - B) apenas II e III.
  - C) apenas III e IV.
  - D) I, III e IV.
45. IAMAMOTO (1992) analisa a produção teórica e as práticas profissionais relativas ao messianismo e ao fatalismo, ambos resultados de uma concepção que negligencia os processos históricos e de totalidade da realidade social. A partir dessa análise, é correto afirmar:
- A) O messianismo parte de uma concepção do Serviço Social como resultado das necessidades do capital e, portanto, a serviço dos seus interesses, sem possibilidade de uma práxis comprometida com a emancipação humana.
  - B) O messianismo identifica-se com posições que determinam a consciência como determinante da vida em sociedade e, portanto, *lócus* privilegiado da intervenção profissional.
  - C) O fatalismo e o messianismo são posições antagônicas, sendo o messianismo próprio de uma concepção que naturaliza a vida social e relega à subjetividade o poder constituído, enquanto o fatalismo está vinculado a uma perspectiva voluntarista.
  - D) O fatalismo e o messianismo são concepções do período conservador do Serviço Social e, após a ruptura deste, não mais se manifestaram na prática profissional.

46. Em relação ao trabalho em equipe com outras áreas de conhecimento, é correto afirmar:
- A) As práticas multidisciplinares são aquelas nas quais diversas áreas de saber atuam, sem, contudo, ocorrer a transposição das áreas de conhecimento para que haja uma discussão e intervenção coletiva e democrática dessas práticas.
  - B) As práticas interdisciplinares exigem uma postura democrática plural, em que as particularidades profissionais devem ceder à construção do espaço coletivo de intervenção.
  - C) Não há diferença significativa entre práticas interdisciplinares e transdisciplinares, e o que as diferencia são os espaços sócio-ocupacionais e a diversidade de áreas nas quais estão atuando.
  - D) Atuar em equipe interdisciplinar é uma opção do profissional, e essa decisão está relacionada a uma visão de mundo, e conseqüente comprometimento ético-político do assistente social, e às condições de trabalho para efetivar essa prática.
47. Conforme Netto, J. P (1996), a “intenção de ruptura” é vista como uma das tendências emergentes do processo de renovação do Serviço Social. Essa visão
- A) consolidou-se no Serviço Social, nos anos 90, e pode-se afirmar que a prática profissional é hegemônica por tal perspectiva.
  - B) limita-se, desde sua origem, ao acúmulo acadêmico técnico, e isso explica a permanência de práticas conservadoras no Serviço Social.
  - C) integra a perspectiva modernizadora do processo de reconceituação do Serviço Social e, como tal, carrega os traços do conservadorismo histórico na profissão.
  - D) é uma tendência que se origina na estrutura universitária no início dos anos 70 e apenas transcende os muros da academia a partir de meados da década de 1980.
48. Uma das demandas crescentes para os profissionais de Serviço Social é a elaboração de Programas e Projetos Sociais. Com base nos princípios estabelecidos pelo Código de Ética Profissional e o disposto na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS - LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993), no seu artigo. 4º, é correto afirmar:
- A) Como não há definição para a complexidade que define “necessidades sociais”, o critério de renda é central para a definição de parâmetros de atendimento a serem incorporados nos projetos sociais.
  - B) As necessidades sociais são prioritariamente decorrentes da caracterização da pobreza. Portanto, ao elaborar projetos sociais, o corte de renda é fundamental para delimitar critérios de elegibilidade.
  - C) Ao elaborar projetos sociais, o assistente social não deve submeter as necessidades sociais ao critério prioritário de renda, porque a pobreza é uma das manifestações da Questão Social.
  - D) A inserção em programas e em projetos sociais depende de aspectos comportamentais e da adesão das famílias às condicionalidades estabelecidas.



- 49.** A dimensão investigativa é constituinte do Serviço Social, especialmente em razão de um projeto ético-político da profissão, cujo perfil crítico é fundamental. Assim, a investigação sobre a realidade
- A)** é um processo que exige a análise sistemática de dados e, portanto, materializa-se por meio de projetos da pesquisa social, em geral protagonizados pelos programas de pós-graduação que têm o Serviço Social em sua área de concentração.
  - B)** efetiva-se tanto por pesquisas sistemáticas sobre a realidade social como também pelo desenvolvimento das competências e atribuições do Assistente Social em seu cotidiano profissional.
  - C)** é própria da prática profissional desde que, metodologicamente, transforme os dados a que se tem acesso em análise sistemática da realidade social.
  - D)** difere de uma pesquisa, já que aquela circunscreve-se ao âmbito do exercício profissional e esta diz respeito a investigações próprias da vida acadêmica.
- 50.** Segundo Miotto (2009) “Os estudos sociais são realizados nos mais diversos campos de intervenção profissional e estão vinculados ao acesso a determinados benefícios sociais de ordem material e financeira, em que se inclui a aquisição de bens e de serviços”. Para realizar esses estudos, é fundamental
- A)** a visão crítica de totalidade da realidade social que, associada às competências ético-política e técnica-operativa, possibilita a realização de estudos sociais, os quais contribuem para a garantia dos direitos sociais.
  - B)** o domínio de técnicas inerentes ao exercício profissional, tais como, entrevista, visita domiciliar e atendimento familiar, que se situam no âmbito das competências técnico-operativas e ético-políticas.
  - C)** a apreensão teórico-metodológica crítica da realidade social, pois essa premissa é suficiente para a realização de estudos sociais.
  - D)** a clareza dos objetivos institucionais e das necessidades dos usuários dos serviços para realizar estudos e mediar o atendimento à demanda.